

Primeira parte - O Cebrap nos anos 70

Consolidação e maturidade (1971-1978)

Bernardo Sorj

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SORJ, B. *A construção intelectual do Brasil contemporâneo: da resistência à ditadura ao governo FHC* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. O Cebrap nos anos 70: Consolidação e maturidade (1971-1978). pp. 41-62. ISBN: 978-85-99662-47-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

IV. Consolidação e maturidade (1971-1978)

O período que se estende entre 1971 e 1978 pode ser tratado como uma unidade, na medida em que o Cebrap conseguiu manter seu dinamismo e proeminência, embora tivesse importantes momentos de inflexão e mudança. Consideramos 1971 como data inaugural desse período, pois foi nesse ano que o Cebrap deu início a suas publicações.

Do ponto de vista do contexto societário são claramente definíveis duas fases diferentes. A primeira corresponde ao governo Médici, até 1974, um período de repressão política e de milagre econômico, de expansão do proletariado industrial e das classes médias e de desarticulação da sociedade civil, de derrota político-militar da esquerda revolucionária e de enfraquecimento das oposições, de censura cultural e de resistência intelectual e artística, de cooptação prática das classes médias pelo *way of life* consumista acoplado muitas vezes a um espírito crítico frente ao regime militar, de isolamento e repressão da vida universitária e de superdimensionamento pelos governos autoritários de sua importância política, ao mesmo tempo que apoiava a expansão do sistema de ensino superior e de pesquisa.

A segunda fase, de 1974 a 1979, correspondente ao governo Geisel, de revitalização das oposições aglutinadas no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de abertura política controlada, num contexto em que a economia começava a apresentar os primeiros sintomas que se transformarão no final da década em crise inflacionária e recessão. Nesse ambiente começam a se reagrupar as antigas organizações de esquerda, surgindo uma nova liderança sindical.

A Igreja assumiu, neste processo, um importante papel de proteção e incentivo aos movimentos populares, e de forma crescente, setores das mais variadas camadas sociais passaram a exigir o fim do regime militar. Tem início assim o processo de abertura que o regime militar conseguirá controlar, mas não refrear.

Essas duas fases podem ser encontradas dentro do Cebrap, embora com certa defasagem. De fato, o ápice da repressão foi vivido pelo Centro no início do governo Geisel. Primeiro, com a prisão de vários pesquisadores e o interrogatório policial de praticamente todos os membros do staff; e depois, com uma bomba que estourou no prédio da rua da Bahia, o que assinalou o ponto alto e, de certa forma, o início do fim da repressão ativa contra o Centro. (Estes atos de repressão deram lugar à única tentativa de comunicação direta entre o Cebrap e o regime: uma carta dirigida pela direção do Centro, através do ministro Severo Gomes, ao presidente Ernesto Geisel, denunciando a perseguição sofrida.) Que tais perseguições tenham acontecido no início da abertura não foi casual, expressando tanto a vontade do regime de alertar as esquerdas de não se “aproveitarem” da abertura, típica do estilo de abertura da repressão seletiva que caracterizou os anos Geisel, assim como a ação autônoma dos aparelhos paramilitares.

A necessidade de maior espaço físico, acompanhada do temor de novos atos terroristas, levou o Cebrap, na segunda metade da década de 70, a instalar-se num andar alto de um grande prédio perto da avenida Paulista, num ambiente mais “frio” que o casarão da rua da Bahia. Assim, quando a sociedade voltava a fluir e os membros do Cebrap a aumentar suas atividades fora da instituição, o Centro se isolava fisicamente.

A mudança no quadro político teve um impacto diverso nos diferentes níveis de vida da instituição. Ela gerou novas orientações temáticas e preocupações intelectuais que modificaram as relações entre o staff e a instituição. Na memória dos pesquisadores, o período de 1971 a 1975 permanece como o período heróico, de resistência e consolidação da vida interna do Centro, de grande dedicação ao trabalho de pesquisa e de centralidade existencial do

Cebrap. De 1975 em diante a instituição passa a ser uma espécie de plataforma a partir da qual se consolidaram outros empregos, aumentando a participação intelectual e política de seus membros, que, ao mesmo tempo, tornam mais frágeis seus vínculos com a instituição.

As influências das mudanças políticas sobre o trabalho intelectual se refletem, no primeiro período, no predomínio dos trabalhos de corte estruturalista, que expressam o engessamento da vida política, enquanto no segundo período os interesses de pesquisa se voltam para temas que tratam dos movimentos sociais, o novo sindicalismo, eleições e conjuntura política.

A pesquisa e seu financiamento

A pesquisa no Cebrap foi o principal veículo de financiamento da instituição. Na prática isto significou que os objetos de pesquisa nem sempre acompanharam os temas de interesse dos membros do Centro. Ainda que, como veremos, uma avaliação ponderada da importância da pesquisa realizada pelo Cebrap no desenvolvimento intelectual de seus membros não possa ser considerada como negativa, é facilmente discernível que grande parte dos trabalhos de maior impacto realizados pelo Cebrap geralmente guardam muito pouca relação com as pesquisas nas quais os autores estavam engajados. Isto sem considerar casos-limite de pesquisadores que consideram que o engajamento em pesquisas determinadas por pressões financeiras, significou para eles uma perda real na sua vida intelectual. Mais ainda quando os projetos de pesquisa eram negociados pela diretoria, que mantinha sempre a capacidade de “filtrar” os projetos propostos pelo staff de acordo com uma ordem própria de prioridades.

Se considerarmos o quadro seguinte, veremos que quase 50% das pesquisas foram realizadas nos itens de Imigração e Demografia e de Urbanismo.

Pesquisas realizadas pelo Cebrap (por tema e ano)*

	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	TOTAL
Estado, sistema político brasileiro e políticas públicas				1	1		2	3	2	2			1	11
Modelo Econômico		1		1				2	2	4	1		1	12
Imperialismo e dependência na América Latina									1	1			1	3
Classe operária	1									1			2	4
Imigração e demografia	2		1	3	4	2	3	3	7		1		2	28
Urbanismo	1	4	3	6	1	5	2	2	2	1		1		28
Colonização, estrutura agrária e agroindústria			1		2	1		3	3	3	4			17
Teoria econômica e política														—
Igreja e movimentos sociais		1		2				1			2			6
Outros **			3	2		3		2	1			1	2	14
TOTAL	4	6	8	15	8	11	7	16	18	11	8	2	9	123

* 1969/81 inclui pesquisas e assessorias realizadas diretamente pelo Cebrap: pesquisas “vendidas” e, portanto, às vezes, superpostas.

** Inclui temas de interesse “menor”, em particular educação, marketing e saúde, ou difíceis de catalogar por seu caráter interdisciplinar.

Na verdade, o quadro acima, organizado a partir do conteúdo explícito do tema da pesquisa, não identifica claramente o tema “guarda-chuva” que originou o financiamento. Por exemplo, parte importante das pesquisas tanto sobre urbanismo como sobre colonização e estrutura agrária foi realizada para o programa de pesquisa sobre demografia.

Desde a criação do Cebrap foi se gestando um conflito em torno da importância que se deveria dar aos estudos demográficos — isso, em função da ampla disponibilidade de recursos internacionais para esta área.

O encontro de Embu, em 1973, foi uma reunião do conjunto dos pesquisadores do Cebrap que funcionou como uma espécie de

psicodrama catalisador das tensões internas em torno das posições que defendiam um projeto de pesquisa demográfica de amplo alcance (Elza Berquó, C. Procópio) e dos que, ao contrário, situavam-se a favor de um Cebrap “artesanal” (F.H. Cardoso, Vilmar Faria e Juarez Brandão Lopes), salientando a necessidade de uma atitude crítica em relação “... aos modos pelos quais selecionamos nossas pesquisas, aos métodos que utilizamos nelas, às teorias que as informam e à relevância mais geral (política em sentido amplo) dos temas abordados” (F.H. Cardoso, Documento Interno, n.d., p.2). Eis aqui o cerne da crítica dirigida ao projeto demográfico: a desproporção entre seu caráter superdimensionado e os frutos teóricos que poderiam ser esperados. Por outras palavras, enveredar nessa direção significaria envolver quase todos os recursos humanos e materiais do Centro por “um período muito longo num projeto de discutível importância intelectual” (idem).

Apesar das discussões, o projeto demográfico em “grande escala” consolidou-se e passou a definir em boa parte os rumos da pesquisa no Cebrap entre 1971 e 1976. Durante essa fase o trabalho se organizou em função de grandes projetos — pesquisa de Salvador, pesquisa nacional de reprodução humana e pesquisa para o Banco Interamericano de Desenvolvimento/BID —, que no seu conjunto geraram consideráveis recursos financeiros e mobilizaram praticamente todos os membros da instituição.

Essas pesquisas produziram farto e valioso material quantitativo — trabalhado com sofisticadas técnicas estatísticas —, que em grande parte nunca chegou a ser elaborado academicamente, embora, em certos casos, tenha sido útil para outros trabalhos. Foi o caso do livro *São Paulo 1975: crescimento e pobreza* (Camargo, 1976), que nasceu de uma pesquisa sobre população. Da mesma maneira, o projeto sobre o Pará, inicialmente voltado para a análise de problemas demográficos, daria origem a um intenso debate em torno da questão agrária que, finalmente, se traduziria na publicação de uma série de estudos sobre a Amazônia.

Como já apontamos, a polêmica a respeito da pesquisa demográfica referia-se, fundamentalmente, à necessidade de se harmonizar reflexão teórica e pesquisa empírica. A opinião da maioria

dos entrevistados coincide ao afirmar que, visto o problema em perspectiva, os resultados práticos não foram ruins para a instituição, embora a percepção de alguns, em particular Bolívar Lamounier, tenha sido muito mais negativa. Para os críticos, a pesquisa demográfica teria obrigado muitos dos membros do Cebrap a entrar em temas nos quais não estavam particularmente interessados, exaurindo as energias do Centro e produzindo um certo marasmo intelectual que acabaria por se refletir negativamente na produção teórica.

De fato, a inevitável tensão entre pesquisa empírica e produção teórica expressava também o debate em torno de privilegiar ou não certos temas considerados “quentes”, por serem de natureza mais abrangente e de maior significação política (por exemplo, movimentos sociais), em oposição a outras questões tidas como “frias”, por serem de foco restrito e alcance político difuso (por exemplo, fertilidade, população etc.).

Seguramente uma avaliação equilibrada das causas que levaram a enfatizar estes últimos temas em detrimento de outros deverá levar em conta a própria realidade que vivia o país na época do “milagre” e o medo da repressão. Assim, questões mais específicas sobre a estrutura de classes e o processo político foram pouco exploradas, embora no início da década tenha se formado em torno do trabalho de Francisco Weffort e Boris Fausto um núcleo de estudos sobre a classe operária. Este grupo logo se dissolveu, para, anos depois, vários de seus membros constituírem parte ponderável de um novo centro de pesquisas: o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea/CEDEC.

Além das pesquisas de grande porte, os membros do Cebrap tiveram que se engajar, de maneira individual ou em pequenos grupos, em numerosos trabalhos de assessoria e na realização de levantamentos para empresas particulares ou para o governo do estado. Procurava-se, desta maneira, complementar o orçamento insuficiente da instituição. Em 1973, por exemplo, de “uma receita total de cerca de 2,19 milhões de cruzeiros, 1,29 milhão, ou seja, 59%, proveio de doações para atividades científicas e 0,84 milhão, ou 38%, de pagamentos por serviços” (Cebrap, Relatório 1973, p.6).

Observando o quadro das pesquisas realizadas pelo Cebrap desde sua fundação até 1981 constatamos que o maior número se concentra entre 1974 e 1978, com uma média de 13 pesquisas por ano contra oito e seis dos períodos 1969-73 e 1979-81, respectivamente. Isto se deveu em parte a um marcado decréscimo nas contribuições da Fundação Ford, as quais, depois de representarem 43% do orçamento global em 1973, caíram para 28% no ano seguinte, até desaparecerem em 1976, embora entre 1975 e 1979 o Cebrap tenha recebido uma doação (*endowment*) da Ford de US\$750.000, o que lhe permitiu adquirir uma sede própria e uma propriedade geradora de renda.

Os trabalhos de assessoria foram responsáveis em grande parte pelo elevado número de pesquisas que se observa no período e pela alta incidência de temas relativos a imigração, demografia e urbanismo, que, no seu conjunto representam quase 50% do total de pesquisas realizadas entre 1969-81, seguidos à distância pelos estudos de colonização, estrutura agrária e agroindústria (13%), modelo econômico brasileiro (9%) e, finalmente, Estado e sistema político brasileiro (8%).

A Pesquisa Nacional de Reprodução Humana financiada pelo BID iniciou-se em Salvador e, posteriormente, passou a ser realizada a nível nacional. Teoricamente ela procurou criticar a demografia malthusiana, tentando unir mais intimamente a demografia às ciências humanas. A pesquisa empírica desejava mostrar como os diferentes comportamentos reprodutivos poderiam ser relacionados às lógicas de reprodução das classes sociais e dos modos de produção dominantes em microrregiões.

Os impasses conceituais, associados a uma visão bastante estreita do que seriam modos de produção, geraram algumas notas interessantes, inclusive por pesquisadores não orientados para a demografia, como Francisco de Oliveira, Bolívar Lamounier e José A. Giannotti, porém sem ligação particular com os dados gerados pela pesquisa. Foi outra grande pesquisa, realizada na cidade de Salvador, sobre o tema de marginalidade e pobreza urbana que produziu, conjuntamente com as pesquisas sobre a agricultura, os textos que mais harmonicamente combinam elaboração teórica e dados de trabalho de campo.

A necessidade de ajustar-se às demandas do mercado — dedicando um tempo considerável à realização de inúmeras pesquisas sobre temas considerados não-prioritários do ponto de vista das preocupações intelectuais dos membros do Cebrap, criava sérias limitações para o desenvolvimento da produção teórica. Num texto para discussão interna elaborado em 1973, Fernando Henrique Cardoso já manifestava sua preocupação com o fato de que essas atividades, além de ocuparem “demasiado tempo de poucas pessoas”, nem sempre eram institucional ou intelectualmente rentáveis. Para resolver o problema, propunha que se tomassem três medidas: primeiro, evitar ao máximo possível as “assessorias individuais ou eventuais que rendem nada ou quase nada”, fazendo com que esse tipo de atividades fosse um desdobramento das grandes pesquisas; segundo, analisar com critérios financeiros rígidos a rentabilidade desses empreendimentos e, terceiro, envolver um número maior de pessoas na realização dos mesmos (Cebrap, “Estratégia e organização, notas para discussão interna”, 1973, p.13).

No depoimento de um dos membros seniores, que não simpatizava particularmente com estas pesquisas, ele reconhece que: “Apesar da constante frustração que elas geravam, no contexto do relativo isolamento em que o Cebrap viu-se obrigado a funcionar na fase dura do regime, as pesquisas por encomenda representavam uma via de aproximação com a realidade social e econômica, fazendo com que se tomasse consciência do quanto ela tinha mudado e da necessidade de elaborar novos instrumentos conceituais para apreendê-la.”

Para poder negociar financiamentos internos no Brasil, o Cebrap criou um outro instituto de pesquisa para receber contratos em que não aparecesse o nome do Centro, e com o tempo, as fontes de financiamento se diversificaram. O Cebrap não sofreu do governo perseguição econômica direta, a não ser algumas vezes em que o Banco do Brasil solicitou cadastramento sem o Cebrap ter pedido financiamento, e o Ministério da Fazenda analisou detidamente as declarações de Imposto de Renda.

Como mostra a tabela seguinte, é no período do governo Geisel que o Cebrap recebe maior número de apoios federais e estaduais. Nos primeiros anos o apoio estadual veio do governo da Bahia e

depois do governo de Paulo Egídio, em São Paulo. Ainda que apareçam apoios no ano de 1979, já no governo Paulo Maluf, trata-se de projetos negociados no governo anterior.

Fonte financiadora de pesquisa*

	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	TOTAL
Federal				01	02	01	01	06	01	01				13
Estadual (SP/BA)			02	05	02		02	02	04	02		01		20
Internacional			02	01	03	04	05	08	08	07	08		07	23
Priv. / Nacional	01	02	02	05		06			04	01		01	02	24
TOTAL	01	02	06	12	07	11	08	16	17	11	08	02	09	110

* Em alguns casos, não foi possível identificar a fonte financiadora da pesquisa.

O Cebrap sofreu, ao longo da década de 70, uma série de crises de financiamento, em particular em 1976 e em 1979-80. Geralmente essas crises vinham acompanhadas de cortes de contratos de parte importante dos pesquisadores juniores. Com a saída de vários pesquisadores seniores com “cadeira cativa” e o poliemprego de todos os membros do Cebrap, a pressão financeira, no início dos anos 80, tendeu a diminuir.

Publicações

A partir de 1971 o Cebrap decide divulgar seu trabalho através de publicações, tanto para ter um maior impacto como para diminuir as suspeitas do aparelho repressivo sobre o tipo de atividade da instituição. Foram duas as publicações do Centro: *Estudos Cebrap* e *Cadernos Cebrap*, além da publicação eventual de livros. A primeira, uma revista periódica, tinha como objetivo atingir um público mais amplo e a segunda, num formato mais simples, com divulgação mais restrita, apresentava trabalhos de porte médio e que posteriormente eram muitas vezes transformados em artigos ou livros. Os dados apresentados chegam, em geral, até 1980, já que ambas as publicações deixam praticamente de circular nesse mesmo ano.

**Artigos de membros seniores do Cebrap* publicados
em *Estudos Cebrap* e *Cadernos Cebrap***

	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	TOTAL
Estado e sistema político brasileiro				2			1	1				1		5
Economia brasileira			1	2	3			1						7
Imperialismo e dependência			2		2	1				1				6
Classe operária				1	1									2
Imigração e demografia			3		3	3	1	2	2	1				15
Urbanismo				1	1	1		2	1	1		1		8
Estrutura agrária								3	2					5
Teoria social e metodologia			2	1	2	4		3	3	2		2		19
Igreja e movimento social							1							1
História														
Outros (Universidades)												2		2
Estruturas sociais da América Latina					1	1						1		3
TOTAL			8	7	13	10	3	12	8	5		7		73

* Incluídos: Fernando Henrique Cardoso, José A. Giannotti, José Serra, Vinicius C. Brandt, Elza Berquó, Juarez Brandão Lopes, Procópio Camargo, Vilmar Faria, Bolívar Lamounier, Francisco de Oliveira, Paul Singer, Francisco Weffort, Carlos E. Martins, Octávio Ianni

Nos artigos publicados pelos seus membros o tema mais presente nas publicações do Cebrap é o da teoria social e metodologia, entendido em sentido lato, isto é, trabalhos que focalizavam assuntos gerais da teoria social, sem estudo de caso específico. Imigração e demografia são de longe os temas específicos mais tratados, ocupando urbanismo, economia brasileira, imperialismo e dependência, as posições subseqüentes. Vemos portanto que as publicações realizadas pelos pesquisadores do Cebrap terminaram por refletir a ordem de prioridades definidas pelas pesquisas.

Considerando porém o ano de publicação, veremos que certos temas mantêm uma constância e regularidade no tempo, ao passo que outros se concentram em certos períodos. Os trabalho sobre

o tema “imperialismo e dependência” se concentra nos primeiros anos do Cebrap, assim como “economia brasileira”, “classe operária” e “América Latina”, ao passo que o tema “estrutura agrária” tem seu momento de apogeu nos anos 1975-76.

Se compararmos os temas privilegiados pelos membros do Cebrap com aqueles autores que publicaram nos *Estudos* e *Cadernos Cebrap* sem serem membros da instituição, veremos que os temas e sua concentração no tempo variam bastante. Assim, imigração e demografia e urbanismo tendem a ter sua importância reduzida, enquanto América Latina e economia mundial (incluindo os temas de desenvolvimento econômico e imperialismo e dependência) aumentam em importância e se concentram na segunda metade da década de 70:

**Artigos publicados em *Estudos Cebrap* e *Cadernos Cebrap*
(excluídos os membros da instituição, 1969/jul 81)***

	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	TOTAL
Estado e sistema político brasileiro			1									1		2
Economia brasileira					5	2		1	2	3				13
Desenvolvimento econômico, Imperialismo e dependência						4	2	3	5					14
Estruturas sociais da América Latina					2		6	3	3	1				15
Classe operária						3	1	1		1		3		9
Imigração e demografia					1	1			3					5
Urbanismo						1		2	2					5
Estrutura agrária					1					1		2		4
Teoria social e metodologia			1		3	5	1	8	2	2		4		26
Igreja e movimentos sociais							2			1				3
História				1	1	4								6
Outros							3	4						7
TOTAL			2	1	13	16	17	21	15	14		10		109

* Não foram incluídos notas curtas, *book reviews*, a série “Estudos de População” nem os livros publicados diretamente pelo Cebrap.

A maior concentração de produção intelectual dos membros do Cebrap, que com curta defasagem se reflete nas publicações, se observa no período 1973-76. Nesses quatro anos foram lançados 60% do total das publicações realizadas pelo Cebrap na década de 70-80.

**Números publicados por anos de *Estudos Cebrap*,*
Cadernos Cebrap e livros (edições Cebrap)**

	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	TOTAL
Quant.			7	7	10	10	5	19	8	5		9	1	71

* A partir do nº23, os *Estudos Cebrap* deixaram de incluir a data correspondente ao número, portanto, ela foi deduzida por nós.

Se considerarmos as publicações dos membros do Cebrap dentro e fora da instituição veremos como estas refletem o processo de crescente orientação “para fora”. Assim, se até 1976 os membros do Cebrap publicavam mais dentro do que fora da instituição, a partir de 1977 este processo se reverte.

**Publicações no Brasil de membros seniores do Cebrap*
dentro da instituição ou fora dela****

	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	TOTAL
Dentro	7	7	14	7	10	12	6	4	7	9		93
Fora	1	3	5	7	6	8	18	8	6	10		72
TOTAL	8	10	19	14	16	20	24	12	13	19		165

* As pessoas consideradas são as mesmas listadas anteriormente.

** Dados obtidos em currículos dos membros do Cebrap (livros ou artigos), não sendo incluído Octávio Ianni; Francisco Weffort só foi considerado no período 70-74; J. Serra a partir de 77; V.C. Brandt a partir de 1974.

Como mostram os quadros seguintes, os membros do Cebrap concentraram suas publicações no exterior no período 1973-78. Ressalta o número de trabalhos publicados por Fernando Henrique

Cardoso, cujo volume se aproxima ao total do resto dos pesquisadores do Cebrap, o que indica uma estratégia fortemente orientada para a consolidação de seu prestígio internacional. Na maioria dos casos publicações em espanhol em revistas hispano-americanas são as mais numerosas, ocupando o segundo lugar as realizadas em língua inglesa.

**Livros e artigos publicados no exterior por membros*
do Cebrap após 1970,** ano e língua*****

	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	TOTAL
Espanhol		2		7	2	5	3	3	4	5	1		32
Inglês			1		2	1	1	3	1	2	2		15
Alemão							1	1					2
Francês	1					2	1	2			1		6
Outros													
TOTAL	1	2	1	7	4	8	6	9	5	7	4	2	56

* Não foi possível obter dados detalhados de Octávio Ianni. Não foram incluídos os trabalhos de Fernando Henrique Cardoso.

** Incluídas edições posteriores de trabalhos escritos antes de 70.

*** Baseados em currículos que alcançam geralmente julho de 81.

**Livros e artigos publicados por Fernando Henrique Cardoso*
no exterior após 1970 (língua e lugar)****

	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	TOTAL
Espanhol	4	1	3	5		1		3	1	1			19
Inglês		1	1	4	1			4	3	1	1		16
Alemão				2	1			1					4
Francês	1	1	1	1			1		2	1	1		9
Italiano	1	1											2
TOTAL	6	4	5	12	2	1	1	8	6	3	2		50

* A edição em espanhol de *Dependência e desenvolvimento na América Latina* chegou à 18ª edição em 1980.

** Em casos de mais de duas edições foi incluída a primeira edição, e excepcionalmente a segunda edição, quando nos faltava a data da primeira.

Difícilmente pode-se falar de uma linha editorial do Cebrap. Publicavam-se trabalhos de seus pesquisadores, de cientistas sociais brasileiros e estrangeiros com os quais se tinha afinidade intelectual e/ou institucional, dentro de critérios de qualidade acadêmica e de um sentimento de relevância que dependiam bastante dos relacionamentos do comitê de publicações.

Temas e debates

De certa forma a vida intelectual do Cebrap foi produto do debate em torno das pesquisas projetadas e/ou realizadas, dos trabalhos *ad hoc* escritos por seus membros e dos debates e conferências de pesquisadores de fora da instituição. De fato, os debates internos dos primeiros anos, dos quais participavam sempre integrantes de outros centros, são lembrados em geral com uma nostalgia particular. Esses encontros eram denominados “mesões”, pois realizados em torno de uma grande mesa onde se discutiam trabalhos de membros do Cebrap e de pesquisadores ligados a este, e sobre eles praticamente não subsistiu registro escrito. Um membro da “segunda geração” relatou os “mesões” da seguinte forma: “Os debates que se realizavam no ‘mesão’ foram um pouco paralisantes pelo peso de algumas pessoas como Giannotti em filosofia e Elza em estatística, o trabalho da pessoa passava por crivos muito refinados. Depois foram introduzidos padrões de relacionamento novos”

Foram particularmente os “mesões” sobre a economia brasileira que alcançaram maior repercussão e que contaram com maior número e diversidade de participantes (tanto de centros universitários como de institutos de pesquisa ligados ao governo central), gerando textos de referência central na época. Foi inclusive a partir das apresentações e debate do texto de José Serra e Maria Conceição Tavares (1971) sobre a economia brasileira e outro de Fernando Henrique Cardoso sobre “O regime político brasileiro”, que Francisco de Oliveira e Paul Singer produziram dois importantes textos de interpretação da economia brasileira: “Crítica da razão dualista” (1972) e “As contradições do milagre” (1973).

Todos esses textos coincidem na crítica ao estagnacionismo e às distorções associadas ao milagre, embora divirjam na avaliação da importância do autoritarismo como condição do padrão de acumulação de capital e da futura vitalidade do modelo econômico.

O texto de Francisco de Oliveira, em particular, conhecerá nos anos 70 um impacto impressionante, sendo durante toda a década leitura obrigatória nos cursos de ciências sociais. Colocando a dinâmica de acumulação de capital no centro de sua reflexão, Francisco de Oliveira rompe com as visões dualistas da sociedade brasileira, dominante nas mais diversas escolas de pensamento, e que contrapunham um setor tradicional, atrasado, a um setor moderno, dinâmico.

O trabalho de Chico de Oliveira apresenta um afresco da sociedade brasileira, onde os setores atrasados, no lugar de uma trava ao desenvolvimento capitalista, aparecem como funcionais para a dinâmica geral de acumulação de capital. Embora o trabalho possua méritos e enorme criatividade, sua tendência a invocar o processo de acumulação como “... categoria totalizante” não “...diminui o risco de recriar uma consigna que, enquanto tal, não é conhecimento” no comentário de Maria da Conceição Tavares (1973, p.24), e de alguma forma facilitou o caminho para que setores da nova geração de cientistas sociais simplificassem sua visão da sociedade brasileira, caindo muitas vezes num funcionalismo marxista incapaz de compreender as especificidades e complexidades da textura da sociedade e do capitalismo brasileiros.

Até 1976 os “mesões” tiveram um papel catalisador na vida intelectual de pesquisadores de outras instituições, inclusive de fora de São Paulo. Neles, cientistas sociais das universidades federais do Rio de Janeiro (UFRJ) e Minas Gerais (UFMG), da Universidade de Campinas (Unicamp), IUPERJ, Fundação Getúlio Vargas e de muitos outros centros apresentaram seus trabalhos, vivendo, além da experiência intelectual, uma espécie de cerimônia de reconhecimento pela principal instituição intelectual da época, tudo isto envolvido num clima de resistência à ditadura.

Como mostra o quadro seguinte, os encontros do Cebrap tiveram seu auge no período 1972-74 e voltaram a reviver em 1981

(a mudança de local, em 1976, da casa para um andar de prédio marcou literalmente o fim dos “mesões”). Estes dados quantitativos não dão, porém, uma imagem fiel, na medida em que a tendência posterior aos anos de 1976-77 é de encontros mais ou menos formais, sem a vitalidade dos encontros dos primeiros anos. Como se observa no quadro, os temas de debate refletem mais diretamente as afinidades intelectuais dos membros do Cebrap, distanciando-se dos temas de pesquisa e aproximando-se mais dos temas das publicações.

Conferências — março/72-set/81

	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	TOTAL
Estado e sistema político brasileiro				3	5	2		2		1	2	1		16
Economia brasileira				3	5	4	2	4		2	5		2	27
Imperialismo e dependência														
Classe operária				1	2	4	4						1	12
Imigração e demografia				1	3	3							2	9
Urbanismo e marginalidade				3	3	1	2	1		1				11
Estrutura agrária					1	1	2				2			6
Teoria social e metodologia				4	2	5	5	1			1	2	2	22
Igreja				1		2								3
Estruturas sociais				1	7	2	2	2	1			2	5	22
História				1	2	3							1	7
Outros											1			1
TOTAL				18	30	27	17	10	1	4	11	5	13	36

No conjunto as preocupações e linhas de pesquisa do Cebrap, apesar do grande espaço ocupado pela demografia, podem ser divididas em dois períodos. No primeiro prevalecem as preocupações estruturais com as grandes mudanças socioeconômicas sofridas pelo Brasil como consequência da expansão econômica no contexto do regime militar, embora corresponda a esta fase um debate mais

comprometido diretamente com temas políticos e mais assumido abertamente entre Francisco Weffort, de um lado, e Carlos E. Martins e M.H. Tavares, de outro, que infelizmente nunca chegou a ser publicado.

Nesse período ainda se fazem presentes preocupações originadas no debate latino-americano, em particular o tema da marginalidade, da distribuição de renda, da natureza do regime e do capitalismo no Brasil, das estruturas e potencialidades do modelo econômico, das transformações demográficas. Em torno desses temas o Cebrap atingiu de certa forma seu auge em termos do desenvolvimento de trabalhos e posições que, sem serem convergentes, mantinham um diálogo implícito ou explícito entre eles.

Numa segunda fase surgem novos temas, como questão agrária (único novo tema sobre o qual se realizariam pesquisas sistemáticas), movimentos sociais, eleições, empresas estatais e democracia, nos quais se chegou a produzir importantes trabalhos individuais, que porém já não refletiam posições amadurecidas no debate interno. Essa transformação reflete o início da queda da intensidade da vida interna, com divisões crescentes em torno dos temas emergentes. À medida que estes começavam a aproximar-se de questões com maior conteúdo ideológico, como por exemplo o tema do nacionalismo e a criação de um partido dos trabalhadores, as divergências tendiam a aumentar.

Essa fase foi igualmente acompanhada de uma maior especialização por equipes de trabalho, formando-se assim o grupo de economia, de demografia, de ciência política e de estruturas agrárias. Ainda assim, em certos momentos, pareceu que em torno do tema da burguesia de Estado viria a deslanchar-se um amplo debate interdisciplinar, que porém não chegou a se concretizar. Aqui, novamente, como no insuficiente tratamento em relação ao tema das multinacionais, reflete-se a dificuldade de tratar a questão do nacionalismo.

Assim, claramente a partir de 1976, à medida que a problemática das mudanças estruturais e a expansão do capitalismo passam a ser insuficientes como marco orientador dos alinhamentos teóricos, o Cebrap perde sua problemática unificadora. É possível que essa

situação expressa também os alcances e limites do mundo conceitual comum aos membros do Seminário de Marx. Esse universo, sensível à dinâmica de acumulação de capital, não oferecia instrumentos de análise das novas transformações sociais, que exigiam compreensão de processos políticos e sistemas ideológicos para os quais os membros seniores do Cebrap já não dispunham de uma linguagem teórica compartilhada.

Nos novos debates sobre democracia, Estado, partidos políticos e eleições, o instrumental analítico de uma nova geração que tinha se formado no Estados Unidos, localizada nos novos centros de pós-graduação em ciência política, se apresentava em vários aspectos melhor apetrechado que o do grupo formado no Seminário de Marx.

Embora no período 1968-74 possa-se falar, em relação à maioria dos trabalhos do Cebrap, de uma matriz comum de análise crítica da expansão capitalista realizada sob o regime militar, dificilmente poderia argüir-se a existência de uma teoria ou marco analítico comum original, ou mesmo que o conjunto dos pesquisadores do Cebrap convergem teoricamente. Dada sua origem, o Cebrap não surge com uma proposta intelectual e sim político-institucional. Trata-se de dar refúgio a pessoas perseguidas pelo regime independentemente de existirem entre elas uma identidade intelectual.

A produção do Cebrap se caracterizou pela capacidade — em certos momentos impressionante — de apontar hipóteses, indicações analíticas, linhas de pesquisa e análises concretas nos mais diversos campos da realidade social brasileira. Na maior parte dos casos, os trabalhos de maior impacto foram ensaios com exígua sustentação em pesquisa empírica, apresentando-se geralmente como esforços de interpretação e síntese de uma conjuntura histórica dada, e menos assiduamente, de um debate sobre temas teóricos mais gerais.

A obra de Fernando Henrique Cardoso nesse período orienta-se geralmente no sentido de intervenções sobre questões atuais, procurando definir os parâmetros do debate. Esse estilo, se por um lado não desenvolvia pesquisas ou argumentações teóricas sistemáticas, lhe permitia discutir fenômenos de conjuntura sem ter que

limitar a realidade à camisa-de-força de marcos analíticos. Isso implicou um corte tanto com a tradição uspiana de tratamento acadêmico e de afastamento dos temas políticos candentes, como com o estilo isebiano de grandes interpretações sistemáticas e normativas.

Parte importante do esforço crítico desse ensaísmo, particularmente em Fernando Henrique Cardoso, consistia em procurar indicar a forma adequada de confrontar problemas políticos e intelectuais que o debate tendia a apresentar como posições unilaterais. Assim, por exemplo, ele insistia em que o regime militar era politicamente reacionário porém propulsor de transformações e avanços econômicos, que o imperialismo explora mas pode ser industrializador, que os movimentos sociais surgem contra o Estado mas precisam deste para realizar suas reivindicações e assim por diante.

Embora tais colocações e o lançamento de certos temas — como por exemplo os de anéis burocráticos, burguesia de Estado, acumulação primitiva permanente — tenham sido os aspectos de maior impacto e visibilidade, não se reduz a eles o esforço intelectual realizado pelos pesquisadores do Cebrap. Além de esforços individuais em torno de temas específicos, existem nos trabalhos do Cebrap, e com particular vigor na obra de Fernando Henrique Cardoso, indicações sobre a necessidade de repensar a sociedade brasileira, em particular, e a América Latina, em geral. Essas reflexões encontram-se sobretudo em textos de menor divulgação e dizem respeito à necessidade de repensar o conjunto do contexto político, econômico e cultural do país: “A forma de estruturação da sociedade brasileira não deve ser dada como conhecida nem como redutível às análises clássicas sobre a estruturação das classes na Europa e nos Estados Unidos” (Fernando Henrique Cardoso, 1978, p.2).

Como explicar que essas observações tenham permanecido ao nível de indicações sumárias, sem uma maior sistematização? Parte da resposta pode ser dada pelo próprio contexto do Cebrap, onde as pressões cotidianas não teriam permitido a tranqüilidade necessária para o esforço sistematizador. Outra parte deve ser procurada

na realidade brasileira, que, com seus fluxos e conjunturas em permanente (e aparente?) mudança, torna obsoletas as sistematizações e limitam o distanciamento necessário exigido por elaborações mais rigorosas. Quiçá ainda, no caso particular de Fernando Henrique Cardoso, devam agregar-se as idiosincrasias de uma personalidade em que o lado político — isto é, a vontade de aglutinar — entra por vezes em contradição com as exigências da criação teórica —isto é a lógica de diferenciação.

A falta de um esforço de teorização mais sistemática, seja ela julgada um fato positivo ou não, terminou sendo um fator limitante para a instituição: impossibilitou a formação de uma “escola de pensamento”, capaz de irradiar uma influência mais permanente na vida intelectual.

Relação com a vida política nacional

O início do Cebrap corresponde ao período em que o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), único partido de oposição funcionando na legalidade, encontra-se prostrado e que a vida política se radicaliza em torno da luta guerrilheira. Esta, ainda que isolada do conjunto da sociedade, mantém uma presença importante na universidade, na época maior fornecedora de novos quadros e principal espaço onde podia exercer certa influência ideológica.

O Cebrap já surge teoricamente distanciado da luta armada, e a simpatia pela oposição ao governo militar e o repúdio à tortura não significaram apoio à guerrilha. De fato o AI-5 une todos os opositores liberais e a esquerda não armada. Por sua vez, solidário contra a perseguição do regime, o Cebrap não fez críticas públicas à guerrilha, pela qual, a maioria de seus integrantes não nutria particular apreço nem respeito intelectual.

A presença do Cebrap junto ao grande público se deu através de artigos escritos particularmente por Fernando Henrique Cardoso e Paul Singer para o semanário *Opinião*, dirigido por Fernando Gasparian e durante vários anos principal fórum de idéias e debates das tendências oposicionistas. Posteriormente, com o surgimento

do semanário *Movimento*, os membros do Cebrap colaboraram em ambos os periódicos.

Em 1974 Fernando Gasparian leva Ulisses Guimarães, presidente nacional do MDB, ao Cebrap. Ulisses convida o Centro a assessorar o MDB na Comissão Parlamentar de Inquérito das multinacionais e, logo depois, a ajudar a redigir o programa do partido. A decisão do Cebrap é colaborar a título pessoal, sem comprometer a instituição.

No mesmo ano de 1974, são presos três membros do Cebrap (F. de Oliveira, F. Mazusqueli, C. Silveira). Em 1975 é preso Regis de Castro Andrade, a partir da apreensão dos documentos de pesquisa que ele levava para a Inglaterra sobre a esquerda brasileira, e depois Paul Singer e Vinicius C. Brandt. Paul Singer é preso por ter participado de um congresso em Budapeste e V.C. Brandt, “suspeito” a priori como ex-presos políticos. Logo em seguida uma ordem de comparecimento obriga a todos os membros do Cebrap a apresentar-se no DOI-CODI para interrogatório.

Como já foi mencionado, em 1976 — associado possivelmente à publicação do livro *São Paulo: crescimento e pobreza*, que é um sucesso de vendas —, estoura uma bomba em frente ao prédio do Cebrap. O secretário de Segurança Pública do estado de São Paulo, Erasmo Dias, indica publicamente que pedira aos responsáveis pelo ato para pararem com esse tipo de atividade. A partir de então cessam as atividades desse tipo contra o Cebrap.

A colaboração entre membros do Cebrap e o MDB tende a aumentar nos anos seguintes, com visitas de alguns políticos à instituição e, particularmente a partir de 1978, com a integração de Fernando Henrique à vida do partido.

Igualmente importantes foram as relações com a Igreja, que tinha na figura do cardeal Dom Paulo Evaristo Arns uma das personalidades mais importantes da resistência à ditadura. Essas relações se deram no início especialmente através de Cândido Procópio, que era membro da Comissão de Justiça e Paz. Em 1975 a Igreja solicita uma pesquisa que resulta finalmente no livro *São Paulo: crescimento e pobreza*, que atinge uma tiragem de várias dezenas de milhares de exemplares. Uma segunda pesquisa para a

Igreja de São Paulo, publicada sob o título *São Paulo, o povo em movimento*, é recebida com reservas pelo episcopado, e chega a ter um impacto menor. Embora como instituição o Cebrap nunca tenha se engajado em assessorias para a Igreja, alguns de seus membros passaram a ter uma relação mais estreita com o cardeal Dom Paulo Evaristo Arns. Este, no momento das perseguições policiais ao Cebrap, se dirigiu ao ministro da Casa Civil, Golbery do Couto e Silva, pedindo para que cessasse a repressão.

No período mais feroz da ditadura, a eliminação dos canais de representação e expressão civil pela repressão deu aos intelectuais o papel de porta-vozes de setores da sociedade, pela transmissão e análise de informações e interpretações diferentes das do regime. Tendo ficado relativamente isolado e protegido da repressão, o meio universitário se transforma num refúgio para a ação contestatória e num campo central de atuação e recrutamento dos partidos políticos de esquerda. Com a abertura política, o lugar privilegiado do intelectual tende a desaparecer e a condição de seguir mantendo uma posição central é o engajamento crescente, seja diretamente nas organizações políticas, seja nos meios de comunicação de massa. Nesse processo ele deve adaptar-se aos novos canais, abandonando, pelo menos no interior desses órgãos, seu trabalho acadêmico. Essa situação afetou tanto aos membros do Cebrap como ao conjunto da intelectualidade brasileira.

Na medida em que os partidos políticos tinham sido desfalcados de muitos quadros, sem muitas condições de formar novos, e que parte da intelectualidade ligada aos partidos de esquerda encontrava-se na clandestinidade e politicamente derrotada e confusa, abriu-se um espaço para intelectuais com ambições políticas. Ainda mais para aqueles localizados em São Paulo, que constituiu-se no principal centro do Brasil opositor ao regime militar.